

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar *campus* SOROCABA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO – DCHE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**MASCULINIDADES E ATOS INFRACIONAIS: A COMPREENSÃO
DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI SOBRE AS QUESTÕES
DE GÊNERO**

Ananda Evelyn Cardoso Gomes

SOROCABA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar *campus* SOROCABA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS & EDUCAÇÃO – DCHE

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**MASCULINIDADES E ATOS INFRACIONAIS: A COMPREENSÃO
DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI SOBRE AS QUESTÕES
DE GÊNERO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Humanas e
Educação da Universidade Federal de São
Carlos, campus Sorocaba, para obtenção do
grau de licenciado em Pedagogia, pela aluna:
Ananda Evelyn Cardoso Gomes; RA: 605751.
Orientação: Profa. Dra. Raquel Baptista
Spaziani.**

SOROCABA
2020
FICHA CATALOGRÁFICA

Gomes, Ananda Evelyn Cardoso
Masculinidades e Atos infracionais/ Ananda Evelyn Cardoso Gomes/
2020.
56f: 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal
de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientadora: Profa. Dra. Raquel Baptista Spaziani
Banca examinadora:

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática
(SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO (A) AUTOR(A)

Bibliotecário (a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 697

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANANDA EVELYN CARDOSO GOMES

**MASCULINIDADES E ATOS INFRACIONAIS: A COMPREENSÃO DE JOVENS EM
CONFLITO COM A LEI SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do
grau de licenciada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade
Federal de São Carlos *campus* Sorocaba**

Sorocaba, 19 de junho de 2020.

Orientador (a): _____

Profa. Dra. Raquel Baptista Spaziani

Examinador (a): _____

Profa. Dra.

Examinador (a): _____

Prof. Dra.

DEDICATÓRIA

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais, Edvaldo e Edileuza, aos meus irmãos, Elson, Elton e Everton e a minha madrinha Maria Fernanda. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a minha família, em especial meus pais, que dedicaram suas vidas para dar sempre o melhor, apoiando-me nos momentos mais difíceis e alegres, dando todo o suporte necessário para que eu pudesse estudar, sempre com muito amor e carinho.

Agradeço à minha madrinha Maria Fernanda por acreditar em mim e pelos incentivos que me fizeram chegar até aqui. Minha eterna gratidão!

Agradeço à Profa. Dra. Raquel, por aceitar fazer parte deste trabalho, pela paciência, orientações e acolhimento.

Agradeço as amizades que conquistei ao longo da minha formação, em especial Catarina, Jair, Zeca, Helena, Leticia e Regiane o companheirismo de vocês foi fundamental para a realização desta etapa.

Agradeço às minhas “amigas-irmãs” Alessandra, Marina, Vanusa e Carla pelas leituras, revisões dos textos, conversas e estímulos que me ajudaram a tranquilizar nos momentos de aflições.

Agradeço à Instituição que trabalhei e ao projeto pela licença para a realização desta pesquisa e por me receberem tão bem.

Agradeço a cada um dos jovens que participaram desta pesquisa compartilhando suas histórias. Gratidão!

Finalizo agradecendo todos aqueles que diretamente ou indiretamente me ajudaram a não desistir, em especial meus alunos. Obrigada por compartilharem carinho e abraços. Vocês foram a minha motivação!

'Cê quer saber? Então, vou te falar
Por que as pessoas sadias adoecem
Bem alimentadas, ou não
Por que perecem?
Tudo está guardado na mente
O que você quer nem sempre condiz com o que outro sente
Eu tô falando é de atenção que dá colo ao coração
E faz marmanjo chorar
Se faltar um simples sorriso, às vezes, um olhar
Que se vem da pessoa errada, não conta
Amizade é importante, mas o amor escancara a tampa
E o que te faz feliz também provoca dor
A cadência do surdo no coro que se forjou
E aliás, cá pra nós, até o mais desandado
Dá um tempo na função, quando percebe que é amado
E as pessoas se olham e não se falam
Se esbarram na rua e se maltratam
Usam a desculpa de que nem Cristo agradou
Falô! 'Cê vai querer mesmo se comparar com o Senhor?
As pessoas não são más, elas só estão perdidas, ainda há tempo
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor
Exemplo não sou, to longe de ser
Cidadão comum com vontade de vencer
Rap, que energia é essa?
Um dom, um karma, uma dívida, uma prece?
Infelizmente tem alguns que desmerecem
É tanta coisa na cabeça
Sai fora, me esquece
Sem saúde, sem paz, o nosso povo padece
No Grajaú, só, no frio de dá dó
Esperando a lotação pra ir pro evento de rap
Lembrei de alguém que não tá mais entre a gente
A dona morte vem, carrega os mano na mó pressa
Uma estrela a mais no céu, um rimador falta na Terra

Deus sabe sempre o que tá fazendo
Mesmo sabendo disso eu sofro, vai vendo
Quem tem noção das coisas, sente o peso da maldade
A cobrança é maior, inteligência atrai vaidade
E quem se deixou levar fraquejou
Essa é a verdade, aprenda com os erros
Não se sinta um covarde
Na praia, Jesus me carregou no colo
Eu vi o par de pegadas, não entendi o óbvio
Que o fardo não é maior do que eu possa carregar
Se a vida é o jogo, então, vamos ganhar
As pessoas não são más, elas só estão perdidas, ainda há tempo
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor
Então me fala, fala, pergunta que não cala
Se o rap é pro bem, então por que tanta gente atrapalha?
Com o poder da mente, a maldade paralisa
O mecanismo do sistema é sugar sua alma vivo
Seu sangue, seu suor, são só um detalhe nisso
Chuva ácida será bem pior que um lançamento de um míssil
Entre o céu e o inferno, no Grajaú me localizo
Flutuando na hipocrisia do lodo e do fascismo
Pronto pra rimar, um doido, crioulo mestiço
Eu não sou preto, eu não sou branco, eu sou do rap, eu sou bem isso
Quem perdeu a noção por luxúria, tá perdido
Quem perdeu a razão por dinheiro, eu nem te digo
Saúde e microfone é a fórmula que preciso
Porque se o rap tá comigo, eu não me sinto excluído
As pessoas não são más, elas só estão perdidas, ainda há tempo
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor
Não quero ver você triste assim, não
Que a minha música possa te levar amor

(Criolo - Ainda há tempo)

RESUMO

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e teve como finalidade discutir e analisar as concepções de jovens autores de atos infracionais sobre as masculinidades, no município de Sorocaba/SP, problematizando a partir de seus discursos e trajetórias a associação entre gênero e conflito com a lei. Foram realizadas entrevistas individuais com cinco jovens, inicialmente com perguntas relacionadas às concepções sobre gênero e masculinidades. Em um segundo momento, foram feitas perguntas sobre a intersecção entre gênero e raça, finalizando com perguntas relacionadas aos atos infracionais. As entrevistas resultaram em diferentes falas, algumas contradições em relação às concepções de masculinidades e situações vividas pelos jovens, mas também expressaram desejos e sentimentos em relação às expectativas de futuro, sobre os limites econômicos, suas relações sociais e situações de exclusão social.

Palavras-chave: Jovens; Conflito com a lei; Gênero; Masculinidades.

ABSTRACT

This research is of a qualitative nature and aimed to discuss and analyze the conceptions of young authors of infractions on masculinities, in the city of Sorocaba/SP, problematizing from their speeches and trajectories the association between gender and conflict with the law. Individual interviews were carried out with five young people, initially with questions related to conceptions about gender and masculinities. In a second step, questions were asked about the intersection between gender and race, ending with questions related to the offending acts. The interviews resulted in different statements, some contradictions in relation to the conceptions of masculinities and situations experienced by young people, but they also expressed desires and feelings in relation to expectations for the future, about economic limits, their social relations and situations of social exclusion.

Keywords: Youth; Conflict with the law; Gender; Masculinity.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO I: Rompendo com a concepção universal de juventude.....	14
CAPÍTULO II: Jovens autores de atos infracionais.....	17
CAPÍTULO III: Gênero e Masculinidade.....	22
Metodologia.....	27
Tipo de Pesquisa.....	27
Projeto.....	27
Procedimentos da Coleta de Dados.....	27
Resultados e Discussão.....	29
1. Concepção dos jovens sobre gênero e masculinidade.....	29
2. Masculinidade e atos infracionais.....	35
Considerações Finais.....	38
Referências.....	39
Apêndices.....	41

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade competitiva, dividida em classes sociais, com ineficiência de políticas públicas e ausência do Estado em questões básicas voltadas para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, gera-se impactos sociais, dentre eles um processo de exclusão, sobretudo para a juventude empobrecida.

Com o distanciando dos seus direitos essa população fica vulnerável a outros fatores como discriminação, desemprego, educação de qualidade entre outros, delimitando os campos que podem ou não atuar e inclusive naturalizando preconceitos, sejam eles étnicos, raciais, de gênero ou econômico.

Lamentavelmente outro fator que tem atingindo a população jovem é a mortalidade precoce, sobretudo, dos jovens do sexo masculino, além do envolvimento em atos infracionais. E segundo os dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2016).

Em relação ao perfil dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade pela prática de ato infracional, o levantamento mostra que a maior parte - 96% do total - era do sexo masculino e 59,08% foram considerados negros. A maior proporção (57%) estava na faixa etária 16 e 17 anos (SINASE, 2016).

Além disso, as características por gênero dos adolescentes do Sistema Socioeducativo (Regiões), apresentadas pela pesquisa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2017), revelam que no estado de São Paulo há um total de 8.671 jovens do sexo masculino e 350 do sexo feminino institucionalizados.

Mas por que o envolvimento de tantos meninos com atos infracionais? Quais são as relações existentes entre atos infracionais e masculinidades? Quais são as concepções sobre masculinidades de jovens que se envolvem com atos infracionais? De que forma elas afetam e transformam as relações desses meninos?

São indagações que surgiram a partir de experiências vivenciadas em um projeto social no qual trabalhei de 2016 a 2020. O projeto tinha como foco atender jovens entre 12 a 17 anos residentes de bairros do Município de Sorocaba/SP com altos índices de vulnerabilidade social. Todo trabalho acontecia no contraturno escolar com atividades socioeducativas que focavam na autoestima dos jovens, orientação para o mercado de trabalho, importância da vida escolar e da cidadania. Na época, eu ocupava o cargo de orientadora social e, além de desenvolver essas atividades socioeducativas, ficava

atenta a outras demandas que os jovens me traziam, como dificuldade de relacionamento na família e na escola, necessidades básicas como comida em casa e de saúde. Sendo assim, contava com o apoio da equipe local e com a Assistente Social do projeto que, em algumas situações, encaminhava os casos para a Rede de Assistência do Município, tais como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outros.

Depois de alguns anos no projeto, tornei-me orientadora, durante um ano, de um grupo de 25 meninos e pude perceber em seus discursos e atitudes como definiam “ser homem”, com a referência do “homem macho”, que não chora e que nunca deve recusar uma briga, senão seria tachado de “mulherzinha” e, além disso, algumas mudanças de atitudes. Quando estavam sozinhos eram amorosos, mas em grupo, principalmente na escola, se houvesse briga outros meninos se articulavam com os amigos e iam juntos para a briga.

Diversas vezes, insisti para que se cuidassem, mas a resposta que recebia era *“Dona, “nois” é homem!”*. Foi um processo que só se concretizou quando procurei envolver todo o grupo em um dia de beleza, onde pudessem pintar as unhas um dos outros, arrumar o cabelo do colega, enfim, cuidarem-se esteticamente sem julgamentos de que eles se tornariam “mulherzinhas” com aqueles cuidados.

Em alguns momentos percebi que, para alguns deles, o tráfico era algo atrativo, que lhe traria a ostentação e passei a questionar por que o tráfico era algo tão ambicioso para alguns deles e para outros não; se frequentar o projeto seria uma forma de refletir sobre o seu envolvimento com outros atos infracionais; e, também, de que forma o meu trabalho como orientadora poderia oferecer para aquele grupo de meninos discussões sobre masculinidade.

“Ah, eu vi hoje o fulaninho na biqueira, ele tá vendendo dona!”

Para isso, foi necessário (re)pensar sobre o conceito de masculinidade. Como o meu trabalho com aquele grupo de meninos foi breve e, ao longo do tempo, criamos um vínculo afetivo que poderia dificultar esse estudo, optei por entrevistar outros jovens autores de atos infracionais, a fim de investigar como percebiam as questões de gênero e de masculinidades.

Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo geral analisar as concepções de masculinidades entre os jovens que cumprem medidas socioeducativas no município de Sorocaba/SP, visando compreender as suas percepções sobre masculinidades e atos infracionais.

Para isso, foram entrevistados cinco adolescentes com idades entre 18 e 19 anos, que cumpriam a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (L.A) em um Projeto Socioeducativo.

Esse estudo está dividido em três capítulos. O primeiro, “Rompendo com a concepção universal de juventude”, conta com uma breve contextualização sobre o conceito de juventude e os desafios enfrentados por essa população sobretudo a juventude empobrecida; no segundo capítulo, intitulado “Jovens autores de atos infracionais”, faço uma breve explicação a respeito da definição feita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sobre atos infracionais e as medidas socioeducativas; o terceiro, denominado “Gênero e Masculinidade”, discorro sobre o conceito de “masculinidade hegemônica”, segundo a autora Connel, bem como o relaciono com a autora Zaluar, que trabalha com o entrelaçamento entre as categorias violência e masculinidades. Finalizo a pesquisa descrevendo como foi a minha experiência com os entrevistados e, por fim, a análise dos resultados das entrevistas.

Espero que esta pesquisa possa estabelecer um diálogo que seja capaz de instigar e motivar caminhos possíveis a se seguir; que projetos para debater as masculinidades sejam criados, não só como alternativas para os jovens se expressarem, como, sobretudo contribuir efetivamente para a melhoria das condições de vida, se distanciando de uma norma de vivenciar a masculinidade que violenta a eles e aos outros.

CAPÍTULO I

ROMPENDO COM A CONCEPÇÃO UNIVERSAL DE JUVENTUDE

As pesquisas críticas sobre a juventude têm apresentado importantes dados para a comunidade acadêmica, possibilitando a construção de elementos que ajudam compreender a realidade de diversos jovens, bem como os diferentes desafios que enfrentam, a depender das questões de classe, raça e gênero.

Compreende-se que a juventude passa por muitas releituras, mas atualmente é vista como um longo período de transição da infância para a idade adulta e além disso, como uma etapa de preparação para inserção das mais variadas dimensões da vida social: mercado de trabalho, escola e família. No entanto, não necessariamente se relaciona com a idade dos indivíduos, mas sim “(...) outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes” (UNESCO, 2004, apud SOUZA; PAIVA, 2012, p. 353).

A juventude não é algo permanente, mas uma construção histórica e social que está sujeita a mudanças e ressignificações dentro da sociedade “a socialização do jovem é fruto de um contexto sociocultural específico, em que estão embrenhadas relações de poder e dominação que vão significando a maneira de ser dos jovens” (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014, p. 60). A partir da diversidade desses fatores, é correto afirmar que existam juventudes e não somente uma juventude. Assim, entende-se que os desafios também não são os mesmos para todos os jovens e que, historicamente, para alguns, sobretudo para a juventude empobrecida e negra, os maiores desafios são o acesso à educação de qualidade, saúde e trabalho digno.

Além da desigualdade e das injustiças sociais, a violência vem atingindo principalmente esses jovens, sendo a maioria do sexo masculino e negros. “A grande maioria dessas vítimas está na faixa etária de 15 a 24 anos, pertence ao sexo masculino, e são pobres e negros, ou seja, a população jovem é a mais penalizada pela violência, pobreza e exclusão” (PASSAMANI, ROSA, 2009, p. 333).

A análise dos dados desvela uma realidade denunciada pelos movimentos da juventude negra e movimento negro brasileiros: a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força

sobre essa parcela da população. Essa constatação não é nada mais do que a afirmação da existência do racismo, mesmo tendo este sido considerado como um crime inafiançável e imprescritível, desde a Constituição Federal de 1988 (GOMES E LABORNE, 2018, p.6).

A violência não nasce necessariamente da família, do indivíduo ou do território, mas é o reflexo de uma sociedade injusta e desigual. Devemos nos atentar aos discursos preconceituosos e de discriminação quando relacionam a pobreza à violência, visto que “a representação de que os modos de ser dos jovens estão relacionados aos estratos sociais a que pertencem contribui para que a juventude mais empobrecida seja olhada como um segmento ameaçador e perigoso” (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014, p.60). Além disso,

De acordo com a ONU, a pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal, revela que 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco” (GOMES E LABORNE, 2018, p12.).

Isso também evidencia que nem todos os sujeitos têm acesso aos direitos e às mesmas oportunidades, fazendo com que busquem alternativas para sobreviver.

Arantes (2000) enfatiza que a violência praticada contra jovens, no Brasil, já levou a um ponto de desequilíbrio populacional entre homens e mulheres, decorrente da mortalidade de adolescentes e jovens do sexo masculino. Essa autora afirma que pesquisas no Rio de Janeiro tem indicado que, quanto mais a criança se aproxima da adolescência, a partir dos 11 anos de idade, mais os crimes tendem a ser cometidos com armas de fogo e a incluir meninos (MELO, 2009, p135.).

Com isso, as possibilidades de inclusão social são reduzidas e o tráfico de drogas ganha força nas comunidades.

Fora da escola, nas ruas, crianças e adolescentes ficam ociosos e têm de lidar com a violência e a criminalidade em seu dia a dia, de maneira que, assim, ficam muito mais expostos às atitudes delituosas. O criminoso adulto oferece-lhes dinheiro, produtos da moda,

reconhecimento, identidade, os quais servem de atrativos para a entrada de jovens no “mundo do crime (SILVA, 2003, apud FRANCISCO; MARTINS, 2014, p.187).

A exclusão social tem feito alguns jovens encontrarem na violência e no tráfico de drogas alternativas para a sobrevivência, assim como formas de estabelecimento de relações de poder baseadas em status. “O peso da miséria e da exclusão social são fatores que ocasionam o crescente processo de violência e de práticas infracionais envolvendo a expansão do crime organizado (SILVA, 2003, p. 19, apud FRANCISCO; MARTINS, 2014, p.186).

Segundo a autora Zaluar (2004), há um mercado informal ilegal, que vem conquistando espaços na vida dos jovens, porém “pouco se sabe ainda sobre esses personagens que lucram com o crime: quem são, onde vivem, como efetuam seus contatos no submundo e como realizam o seu projeto de ascensão social” (p. 67). Nesse contexto, os jovens ficam expostos a abusos de adultos envolvidos com o crime, deixando-os em uma situação de vulnerabilidade ainda maior e além disso, uma grande perda ou institucionalização dessa população.

CAPÍTULO II

JOVENS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

A força dos movimentos sociais na década de 1980, com diversas propostas para o atendimento e defesa dos direitos de crianças e adolescentes que sofriam com a exclusão social no país, trouxeram diversas mudanças significativas na compreensão sobre essa população.

Inicialmente contempladas na Carta Constitucional de 1988 (art. 227), as demandas daquele setor foram consolidadas em 1990, na forma de uma legislação específica sobre o tema, qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornando um importante instrumento de garantia dos direitos humanos, bem como contemplando o que estava escrito no artigo 227 da Constituição (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005).

Segundo as autoras Francischini e Campos (2005), no período do Código de Menores, em 1979, eram comuns ações desumanas, internações e privações de liberdade injustificadas. Assim, foi preciso rever a proposta e atribuir ao Estado o dever de reconhecer e zelar pelas vidas de crianças e adolescentes.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de deixá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

O ECA passou a ser um novo e importante instrumento de proteção integral para crianças e adolescentes juntamente com outros órgãos, entre eles o Conselho Tutelar e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Com o ECA, houve uma mudança na perspectiva de análise sobre as crianças e os jovens, que deixaram de ser compreendidos como menores em situação de risco ou abandono para, então, o entendimento de que são crianças e adolescentes sujeitos de direitos.

Como a infância e juventude são fases peculiares do desenvolvimento humano, é preciso de atenção e cuidado para aqueles que se envolvem com atos infracionais.

Mas como o Estatuto define o ato infracional? Quais são as medidas tomadas em relação ao adolescente autor de atos infracionais?

O Estatuto ressalta que crianças são pessoas menores de 12 anos e adolescentes todos aqueles de 12 a 18 anos de idade, com exceção em alguns casos excepcionais para jovens de 21 anos que cumprem medidas socioeducativas. Portanto, definindo o termo adolescente como pessoas em desenvolvimento, que por lei tem deveres e direitos que devem ser assegurados, independentemente se cometeram atos infracionais.

Logo, ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as consequências dos seus atos infracionais, não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, medidas socioeducativas, cujo objetivo é menos a punição e mais a tentativa de reinserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p. 269).

Por meio de um plano individual de atendimento e um acompanhamento do jovem autor de atos infracionais, estabelece-se as medidas socioeducativas previstas no ECA. Essas se caracterizam como:

advertência, que consiste em uma repreensão judicial; obrigação de reparar do dano, que é o ressarcimento por parte do adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima; prestação de serviços à comunidade, que é a realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário durante período máximo de seis meses, não ultrapassando oito horas semanais; liberdade assistida, que consiste no acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente por equipes multidisciplinares, por um período mínimo de seis meses, objetivando inseri-los nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e a inserção no mercado de trabalho; semiliberdade, em que o adolescente é vinculado a uma unidade especializada que restringe sua liberdade parcialmente, uma vez que possibilita a realização de atividades externas e a permanecer com a família aos finais de semana; e por fim a internação, que é a medida socioeducativa mais gravosa que consiste na privação total de liberdade (BRASIL, 1990).

As medidas, quando bem aplicadas, são tentativas de reinserção social e de responsabilização dos jovens pelos seus atos, a fim de resgatar as potencialidades do jovem de forma menos punitiva, de modo que o laço afetivo com a comunidade e a família sejam fortalecidos. Mas embora esses sejam os objetivos das medidas, quem define que essas são as melhores opções para a reinserção? É possível uma ressocialização?

Muito embora não se questione a necessidade da obediência a um certo ordenamento jurídico, também não se perde de vista que tais regras são definidas por e a partir de um grupo social específico, aqui denominado dominante, o qual constrói toda uma teia de relações sociais e uma subjetividade (ideológica) que, ao mesmo tempo em que é expressão dessa teia, é também sua fonte de retroalimentação. Logo, há um padrão de referência de relação social, que serve para delimitar as fronteiras do que se considera transgressão. Conseqüentemente, segue-se um padrão de referência quando se pensa em ressocialização, o daquele grupo social específico (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p. 269).

Segundo os dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2017), os adolescentes incluídos no sistema socioeducativo de todo Brasil somam um total de 26.109, sendo 25.063 do sexo masculino e 1.046 do sexo feminino. Desse total, 46% (12.724) foram classificados como análogo a roubo e 24% (6.666) foram registrados como análogo ao tráfico de drogas. O ato infracional análogo ao homicídio foi registrado em 10% (2.788) do total de atos praticados (SINASE, 2017).

Segundo a pesquisa do SINASE, a maioria dos atos infracionais não são contra a vida.

Os Levantamentos Nacionais do Sistema Socioeducativo SINASE ratificam que a maioria dos atos infracionais não é contra a vida (contra o patrimônio): 38,1% - roubo, 26,5% - tráfico de entorpecentes (contra a incolumidade pública), 8,4% - homicídio e 5,6% - furto (SINASE, 2017).

Diante de uma sociedade preocupada com o índice de violência e exposta aos meios de comunicação, vemos diariamente a mídia destacar os casos envolvendo jovens e atos infracionais. Dessa forma, a sociedade se volta para esse problema acreditando que “bandido bom é bandido morto” ou que os jovens têm a plena

consciência dos seus atos e, portanto, devem responder por eles como adultos, passando a buscar como solução para os atos infracionais o uso de formas punitivistas e carregadas de ódio. Como exemplo, temos a proposta da redução da maioridade penal onde acredita-se que a melhor forma de reduzir o envolvimento dos jovens com os atos infracionais seja por meio da intimidação com leis mais duras a responsabilização dos atos a partir dos 16 anos com sentenças iguais a dos adultos. Trata-se de uma proposta delicada pois, não somente envolve questões nas quais envolveria um encarceramento em massa em um sistema penitenciário falido, como a alteração do ECA, desconsiderando as questões sociais que fazem com que jovens se envolvam com atos infracionais.

Isso, considerando que instituições como a Fundação Casa continuam com um sistema opressivo, com punições físicas e psicológicas e com um atendimento precário, demonstrando a negligência do Estado com uma juventude marcada por estigmas e violência.

Os adolescentes foram levados para o dormitório, colocados de frente para a parede e obrigados a permanecer com a testa encostada na parede. Apoiados nas pontas dos pés e com os braços imobilizados atrás, deveriam se manter equilibrados nesta posição. Quando um deles se desequilibrasse ou saísse da posição, todos apanhavam.” Neste relato de possíveis violações de direitos humanos obtido pela pesquisa do Conselho Regional de Psicologia em unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, surge a cena de uma possível grave violação de direitos humanos. As violações deste tipo, comuns e corriqueiras nas estruturas e na história da máquina disciplinar de modelo Febem, parecem se reproduzir, com mais ou menos intensidade, nas atuais unidades da Fundação Casa (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, 2016, p. 14).

Mesmo diante das diversas mudanças que ocorreram durante os anos, esses são problemas e situações parecem que estão longe de serem resolvidos. A resolução das negligências já existentes por parte da Fundação Casa que, em alguns casos, insiste em manter um sistema disciplinar, semelhante à antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), parece não ressocializar os jovens, bem como não promover a possibilidade de construir um outro projeto de vida.

É preciso pontuar, como afirmam as autoras Francischini e Campos (2005), que o ECA estabelece que as medidas socioeducativas não são penas que buscam causar sofrimento ou punição aos jovens os privando do seus direitos, mas sim responsabilizá-los e conscientizá-los sobre as consequências do seus atos e, quando possível repará-los, a fim de reintegrar o jovem na sociedade.

CAPÍTULO III

GÊNERO E MASCULINIDADE

As discussões sobre gênero partiram de movimentos feministas que se articulavam para discutir as consequências do patriarcado dentro da sociedade, bem como problematizar o "papel do homem"/"papel da mulher" e as desigualdades de gênero que advinham dessas construções sociais. Com o passar dos anos, novos estudos surgiram e diversos/as autores/as focaram-se em outras questões relacionadas ao gênero, entre elas a violência contra mulheres e crianças, as relações de poder dos homens e as possibilidades de masculinidades produzidas em diversos contextos.

Para a autora Connell (1995), a masculinidade é compreendida como um conjunto de práticas exercidas pelos homens, as quais devemos levar em consideração a posição que ocupam dentro das relações e de que forma são estabelecidas essas relações de poder na sociedade, a fim de compreendê-las e em suas palavras ela escreve:

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de "masculinidades". [...] é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas (CONNEL, 1995, p. 187).

Muitas dessas práticas são reproduzidas pelos homens em seu ambiente familiar, como no seu local de trabalho e escola, e podem ser produzidas com racionalidade ou não. Tais práticas possuem significados históricos, assim, "falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa dizer que a prática é necessariamente racional" (CONNEL, 1995, p. 187).

Pensava-se uma vez que o gênero podia ser definido como um tipo especial de prática, por exemplo, como "reprodução" e não como "produção" social. Mas as masculinidades são construídas também na esfera da "produção" (CONNEL, 1995, p. 187).

Segundo essa autora, a masculinidade não se resume somente ao "corpo masculino", como a postura, habilidades, jeito de andar "de homem".

O gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. No gênero, a prática social se dirige aos corpos. Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais (CONNEL,1995, p. 188).

Dessa maneira, as masculinidades se modificam e se ressignificam a todo momento na história, sendo algumas delas até marginalizadas, como no caso dos homens negros e dos homossexuais, que constantemente são vítimas da violência. Já segundo a autora Saffioti (1987), a história dessas categorias sociais revela discriminação e exclusão social, pois a sociedade naturalizou o preconceito, sendo assim os negros e homossexuais ocuparam o espaço de inferioridade por não corresponderem aos padrões heteronormativos.

Assim, gênero também envolve poder. Como as questões econômicas estão interligadas às formas de poder, temos na história a valorização do homem, mas o homem branco com maior poder aquisitivo, e isso ocorre porque existe a divisão da população em classes sociais. Então, segundo a autora Saffioti (1987), ao mesmo tempo que o homem possui um poder, isso se intensifica se ele estiver na classe dominante podendo inclusive dominar outros homens.

Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. É a isso que nos referimos quando falamos de política do gênero. Se quisermos que essa mudança se torne consciente e aberta ao controle democrático, então precisamos saber como o gênero é moldado e como ele pode ser re-moldado [...] A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres (CONNEL,1995, p. 189).

A educação é uma das áreas com grande potencialidade para se trabalhar gênero, em uma tentativa de romper com as práticas de violência contra as mulheres, assim como em relação aos próprios homens.

Nas escolas, por exemplo, é um objetivo bastante comum "expandir as opções" para as garotas, ao tentar fazer com que cursos em ciência e tecnologia estejam disponíveis para elas; e para os garotos, ao encorajá-los a aprender a cozinhar ou a costurar. Tem-se argumentado que a forma mais efetiva de educação sexual para os adolescentes é "aprender a ser o sexo oposto", isto é, tentar fazer com que garotos e garotas reflitam sobre as relações sexuais a partir do ponto de vista do outro sexo (CONNEL, 1995, p. 199).

Mas a masculinidade estaria vinculada aos atos infracionais? Segundo a pesquisa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2017), existem índices de envolvimento de mulheres em infrações, porém são menores que os índices referentes à população masculina.

Existem diferenças substanciais entre a criminalidade feminina e masculina, e a investigação destas diferenças nos leva por caminhos que reconhecem as circunstâncias que levam as mulheres a transgredirem a lei. A inserção acontece por provável influência masculina, que iniciam as mulheres no crime, contudo, por vezes, acontece devido ao protagonismo feminino, que justifica sua participação em atividades ilícitas assumindo total responsabilidade pelas suas escolhas. (SINASE 2014-2017, p.52)

Portanto, em alguns casos de atos infracionais, existem possibilidades que possam se relacionar à masculinidade hegemônica. Segundo a autora Zaluar (2004, p. 365), "para vincular a masculinidade à violência, enfrentam-se alguns problemas teóricos".

Sendo teoricamente polêmica a associação entre poder e violência, visto que existe poder baseado no consentimento e na aceitação, e se o conceito de hegemonia remete ao poder independente aceito, a equação hegemônica / violência torna-se teoricamente insustentável. Se o poder é relacionado apenas a masculinidade, como um modelo de sociedade patriarcal, dizer que a masculinidade é ou pode ser hegemônica torna redundante. Ou seja, a equação se sustentaria se a afirmação do poder das sociedades humanas fosse sempre fruto de um agente masculino violento, o que negaria o próprio conceito de hegemonia. Se não, a equação se desmantela em dois conceitos

separados: a masculinidade e o poder, termos independentes que guardam uma relação complexa cujas inúmeras mediações é necessário examinar (ZALUAR, 2004, p. 366).

Compreendendo que o lugar do homem também tenha se modificado, novos estudos e termos sobre a masculinidade surgiram.

a noção de hipermasculinidade, a 'constelação de personalidade' com um conjunto de traços relativos à agressão sexual: atitudes sexuais cruéis para com as mulheres, uso de bebidas alcoólicas, agressividade, dominação e perigo valorizados como 'coisas de homem' (ZALUAR, 2004, p. 371).

Ou seja, os jovens podem vir a se envolver com os atos infracionais como uma forma de demonstração de "ser homem", mas existem outros fatores que podem contribuir, como a rede de relações desses jovens com outras figuras masculinas ou, até mesmo, como uma consequência da exclusão social que vivenciam e, assim, buscam "o respeito". Nesse sentido, o tráfico pode estar relacionado como uma "alternativa acolhedora" que ingressa os jovens, não só na vida financeira, como um espaço para a criação de um status social.

Disso resultou uma cultura de rua – 'trama complexa de crenças, símbolos, modos de interação, valores', de criatividade explosiva e desafiadora, como resposta à exclusão social. Mesmo assim, não nega o estilo de vida baseada à exclusão social. Mesmo assim, não nega o estilo de vida baseada na violência, no uso abusivo de drogas e na raiva internalizada, o qual assume papel ativo na degradação pessoal e na ruína da comunidade [...] Sempre há uma atmosfera de conflitos prestes a explodir, resultando da tensão de viver nas margens ou negar a vulnerabilidade com reações defensivas, ao mesmo tempo aterrorizadas e aterrorizantes (ZALUAR, 2004, p. 374).

Sabemos que a exposição dos jovens pobres os atos infracionais tem se tornado algo preocupante, pois lhes são oferecidos um reconhecimento, fazendo com que os jovens possam se sentir importantes e respeitados, suprimindo a sua ambição ou a sua necessidade financeira a curto prazo.

E encarar a violência como a necessária afirmação das pequenas diferenças locais e grupais tornou-se mais uma justificativa para o aumento da violência entre os homens jovens, mas para isso pode fazer com que percamos a dimensão do que é um processo macrossocial (ZALUAR, 2004, p. 386).

De acordo com a autora Zaluar (2004), não existe uma resposta clara sobre se a masculinidade pode ou não estar relacionada com a violência, mas pode-se afirmar que o tráfico tem se inserido em determinados contextos e encontrado meios para o uso da violência que a autora chama de instrumental e expressivo.

Instrumental porque a violência é um recurso utilizado para obter ganhos, especialmente ganhos comerciais no tráfico de drogas, no contrabando de armas e em outras atividades ilegais praticadas no chamado 'crime negócio', que envolve várias redes de relações interpessoais. E expressivas porque, nas relações entre os homens, as respostas a cada desafio vão criando um círculo vicioso, ou seja, a necessidade de intensificar as respostas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre o outro, de um grupo de homens sobre o outro grupo de homens. Essa é uma lógica guerreira do confronto leva finalmente à guerra, mesmo que encapsulada em certas áreas da cidade (ZALUAR, 2004, p. 387).

Essas questões evidenciam a importância de se refletir sobre as relações entre o tráfico de drogas e as suas formas de organização, como debates em relação aos outros atos infracionais e a forma como eles atravessam as masculinidades.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se de entrevistas individuais com cinco jovens de 18 e 19 anos de idade que cumprem medidas socioeducativas no Município de Sorocaba/SP, a fim de compreender em seus discursos as suas concepções de masculinidade e atos infracionais.

PROJETO

Este estudo foi realizado em um Projeto Socioeducativo que acontece no município de Sorocaba/SP desde de 2006 e atende cerca de 280 jovens sujeitos que cumprem medidas socioeducativas em Liberdade Assistida (L.A) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), aplicada pelo Judiciário. Atualmente, o projeto conta com uma equipe técnica composta por técnicos da área da Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Direito.

O Projeto Socioeducativo tem a parceria com a Fundação Casa e gestão compartilhada com as casas de internação. Além disso, realiza encontros de Justiça Restaurativa com os jovens e as famílias.

Os jovens atendidos pelo Projeto Socioeducativo possuem a faixa etária de 12 a 21 anos, mas a demanda atual é de 16 e 18 anos, residem em diversas regiões do município de Sorocaba.

Os atendimentos são realizados semanalmente nos Centros de Referências em diversos bairros, podendo ser individual ou em grupo, bem como são realizadas oficinas com arte educadores.

PROCEDIMENTO DA COLETA DE DADOS

Inicialmente, entrei em contato com a coordenadora do Projeto a fim de apresentar a proposta do estudo para que pudesse autorizá-lo. Em seguida, foi solicitado o auxílio dos técnicos no levantamento dos meninos maiores de 18 anos nos Centros de Referências.

Realizei cinco entrevistas com jovens com idades de 18 a 19 anos, residentes em diferentes bairros do Município. Ressalto que as identidades de todos os

entrevistados foram preservadas por meio do uso de nomes fictícios para a escrita desse trabalho. A duração das entrevistas foi entre 8 a 26 minutos.

Todos os entrevistados tiveram uma breve passagem na Fundação Casa, com exceção de um deles que cumpriu a medida de Internação por sete meses. Quatro dos jovens respondem por tráfico de drogas e outros atos infracionais. Somente um deles terminou o Ensino Médio em uma escola pública e os demais estavam aguardando o supletivo para o próximo ano.

Para criar um vínculo com os jovens, participei da oficina de Hip Hop e uma roda de conversa sobre “como escrever um rap/funk”. Após a finalização da oficina, fiz o convite a um jovem, pois no local não tinha uma sala disponível. Conversei com ele sobre os objetivos do estudo, entreguei o termo de consentimento e o jovem aceitou participar, porém desistiu na semana seguinte. Então precisei novamente pensar em outra forma de aproximação, pois “para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação” (MARTINS, 2004, p. 294.)

Na semana seguinte, fui a outro local de referência e fui orientada novamente a participar da oficina. Enquanto aguardávamos os demais jovens, tive a oportunidade de ter uma conversa informal com dois dos entrevistados o que facilitou aceitação dos jovens para fazer a entrevista.

No terceiro local, fui recebida pelas estagiárias de Psicologia, que estavam finalizando as suas atividades de estágio e, para comemorar, prepararam uma pequena confraternização. Participei da atividade e procurei me aproximar de três jovens com conversas informais que, após o convite, aceitaram fazer a entrevista.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, feitas individualmente em um clima bastante informal, como uma forma de aproximação e de estabelecer um laço de confiança, bem como de conhecer os sujeitos e deixá-los mais confortáveis para conversarem. Em todos os momentos procurei enfatizar o objetivo da entrevista, o anonimato e que aquele momento era de escuta para mim e de fala para eles, bem como informei-os de que a pesquisa de forma alguma lhe traria problemas no cumprimento das medidas.

A entrevista semiestruturada (APÊNDICE), contou com o auxílio de um roteiro base com algumas perguntas relacionadas a: *gênero e masculinidade; questões raciais e de classe social; compreensões sobre os atos infracionais* que me serviram de apoio. Portanto, a partir do material coletado para análise selecionei somente a transcrição de alguns trechos relacionados a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização e coleta de dados para esta pesquisa foram feitas entrevistas individuais com perguntas separadas nos seguintes eixos: gênero e masculinidade; questões raciais e de classe social; compreensões sobre os atos infracionais, as quais resultaram em diferentes falas e algumas contradições em relação ao que é “ser homem” e algumas situações por eles vividas.

Levando em consideração a particularidade de cada indivíduo, vale ressaltar o que, segundo a autora Connel (1995), diz sobre abranger as pluralidades das masculinidades e as suas relações nos mais variados contextos, como os modos de repressão de sentimentos e internalização de sentimentos dos indivíduos. São jovens que de alguma forma vivenciaram em suas trajetórias a exclusão social, mas que também demonstraram sentimentos, expectativas profissionais e desejos pessoais em relação ao futuro.

1. Concepção dos jovens sobre gênero e masculinidade

A literatura mostra que gênero vai além das diferenças biológicas entre os sexos, podendo ser compreendido como uma construção social fruto de diversos investimentos sociais para que homens e mulheres cumpram determinada forma de se expressarem. Sendo assim, é preciso levar em consideração outras questões, como a posição que ocupam dentro da sociedade e de que forma a identidade social estabelece normas e o roteiros, como por exemplo a responsabilidade das mulheres em assumirem o papel de mãe e os homens as masculinidades estereotipadas, na qual não se deve chorar, ser forte, provedor, que se opõem a tudo que é considerado feminino.

Tais investimentos podem gerar consequências ao longo da trajetória e das relações dos meninos e homens, como o dever de se afirmar constantemente a sua virilidade. Segundo o autor Bourdieu (1998, p.67), a virilidade pode ser definida como “(...) uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”.

Isso ocorre porque a sociedade atribui padrões para a masculinidade e, mesmo que homens usufruam de poderes, segundo a autora Connell (1995), existe uma pluralidade entre as masculinidades e com essas diferenças existem posições hierárquicas e constantemente incentivado a disputa de poder.

É preciso estar constantemente a provar que se é homem: através de posse de dinheiro, de poder político, de força física, ou de actuações sexuais [...] tudo leva a crer que um dos maiores receios dos homens é não serem suficientemente homens de acordo com os padrões socialmente definidos (SAADVEDRA, 20014, p.7).

Portanto, foi preciso compreender as concepções dos jovens sobre gênero e masculinidade. No entanto, falar sobre a própria masculinidade e definir o que é “ser homem” pareceu ser algo desafiador para eles – isso pode ter ocorrido por conta de uma certa intimidação, não só pelo fato de eu ser uma “pessoa estranha”, mas uma mulher –, mas também por conta de que as masculinidades são poucos discutidas e, por isso, os homens tenham dificuldades em expor, definir e falar sobre a sua própria masculinidade, possibilitando a reflexão também sobre o silêncio, o “não dito” ou “nunca questionado”. Não seriam essas também formas de respostas?

Ah!...não sei nem o que falar [risos tímidos] é difícil de falar disso de cara. É bem difícil mesmo [nunca perguntaram sobre o tema] (Alex).

Ah, ser homem? ...vishi ...tem vários [...] né? Ah, não sei em qual sentido você tá falando. Você tá falando do que? Ser homem? Ser cavalheiro ou algo assim... Ah, na hora assim, não vem algo na mente (João).

[o que é ser homem] Ah tem que ser trabalhador...Só isso! (Douglas).

Ah ser homem... é honrar os compromissos...fazer as coisas certas... o que vem na minha é só isso (José).

Quando questionados sobre o “tipo ideal de homem” não somente demonstraram ter dificuldade em definir, como evidenciaram a associação da masculinidade à violência doméstica, como uma atitude de covardia e inaceitável no contexto onde vivem, associando a uma figura masculina próxima que não gostariam de seguir.

Agressivo principalmente... o pior exemplo de homem é aquele que bate na mulher, que não tem respeito pela mulher. Eu não ia querer ver a minha mãe apanhando, nem ver as minhas irmãs apanhando [...] (Matheus).

Ah sei lá.... Violento! (Douglas).

Além disso, a classificação de estereótipos de homens, definindo-os como “certos” e os “errados” que não sustentam a família.

Tem os que não presta... os canalhas...e tem os certos [E o que seria o “homem certo”] O certo é o que não faz o errado [E o que é o “homem errado”] Tem várias coisas...ah, tem as coisas de infligir as leis... tem os vagabundos aí que não sustentam a casa... várias coisas (José).

Foi possível identificar entre os jovens a predominância da masculinidade hegemônica e da visão heteronormativa, atribuindo o papel do homem como um ser mais “bruto” e a mulher “delicada”, anulando outras possibilidades de vivenciar as questões de gênero.

Ah existe [diferença entre homem e mulher]. (...)Mulher é meio que mais delicada, homem já é mais...(...) É mais bruto, mais agressivo (Alex).

[se o homem é a mulher são iguais] Nunca! Mulher é mulher, né (João).

Ah, pra mim é pouco. [diferença entre homem e mulher] Ah, pelo jeito. [existe somente esses dois gêneros] Acho que sim (Douglas).

A homossexualidade foi vista como algo “diferente”. Isso pode ser compreendido, pois as expectativas e pressões sobre “ser homem” socialmente construídas estão fortemente entrelaçadas com a heteronormatividade, podendo resultar em preconceitos e estereótipos. E além disso, os homens “são pressionados a agir e sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, garotas, e da feminilidade, compreendidas como oposto” (CONNEL, 1995, p. 190).

Eu tenho preconceito com gay, mas eu respeito... só ele não mexendo comigo (...) tipo assim ó, respeitando eu também vou respeitar... a mesma coisa que todo mundo né? É ser humano né, eu só não gosto. Ah não [se incomoda]... por causa dele ser gay, porque ele faz o que ele quiser da vida dele né?... mas tipo assim ...é por causa dele ser

muito escandaloso, ficar na frente dos outros se mostrando que ele é bicha" (José).

A sociedade estabeleceu padrões e normas, resultando na definição da mulher como "o segundo sexo", bem como gays, lésbicas e bissexuais como pessoas desviantes da norma heterossexual" (LOURO, 2000). Portanto, neste discurso percebe-se não só a limitação na compreensão sobre gênero, mas também um padrão heteronormativo, que não aceita e exclui manifestações públicas de práticas consideradas não-heterossexuais.

A heteronormatividade é uma construção discursiva com viés político, capaz de produzir modos de subjetivação, que visa a estigmatização e marginalização dos que com ela não se identificam. Ela é constituída por regras, produzidas nas sociedades, que controlam o desejo e a projeção dos gêneros e que, para isso, precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para dar o efeito de substância, de natural. Esse efeito é performativo, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera as normas de gênero (BUTLER, 2003 apud CAETANO, 2011, p.69).

Compreendendo a dimensão das masculinidades em que os sujeitos podem ou não reproduzir atitudes hegemônicas e homofóbicas, vejamos a fala de Matheus em contraposição à fala de José. A concepção sobre gênero e homossexualidade neste caso é compreendida como algo normal e atitudes homofóbicas e de preconceito lhe causam incômodo.

Eu sou hétero ... posso ir na Parada Gay também, como posso ir para qualquer outro lugar. Eu não ligo pra essas coisas não... E não é porque eu moro no bairro que eu sou preconceituoso e tal ... eu tenho uma mente muito aberta pra essas coisas. Todo mundo tem que ser tratado igual assim e "pá"... não tenho preconceito, com cor, raça, religião (Matheus).

É necessário discutirmos questões sobre as masculinidades, sobretudo aquelas enraizadas com padrões hegemônicos, caso contrário corre-se o risco de os poderes que lhe são atribuídos dentro de uma sociedade continuem gerando consequências negativas. Todo esse processo não só gera atitudes preconceituosas em relação aos homens homossexuais e às mulheres, como também o adoecimento de homens

heterossexuais. Cobra-se, desde de muito cedo, que os homens não demonstrem emoções ou não falem sobre si para reforçar e manter os padrões de masculinidades.

O homem será considerado *macho* na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos [...] Quantos homens tiveram que engolir lágrimas diante da tristeza, da angústia, do luto, em nome desta norma de conduta[...] Observa-se pois que o processo de castração não é apenas psicológico; é também orgânico” (SAFFIOTI, 1987, p. 25).

De modo geral, foi possível identificar entre os discursos diversas dificuldades entrelaçadas à masculinidade. Quatro dos cinco jovens deixaram de frequentar a escola, assim como questões relacionadas à aprendizagem e à permanência na escola foram relatadas por todos eles.

No primeiro [parou de frequentar a escola] ...falta dois anos pra terminar. Eu só ia lá pra conversar mesmo... Nem estudava não. Estudava antes da oitava... quando eu fazia a oitava, eu estudava. Depois que passei para o primeiro, repeti duas vezes ... “xé” ficou por aqui mesmo. Desanimei. Vou ver se o ano que vem eu faço supletivo (João).

Não [terminou os estudos], o ano passado era “de menor” e o meu pai não quis assinar a matrícula. [Risos]... Negligência! [...]. Aí, eu fiz 18... aí já não me aceitam nessa escola não, vou fazer supletivo (Matheus).

Já tive dificuldade só de estudar mesmo. De não entender mesmo, pra responder. Ah, quase em todas [dificuldade nas matérias]. Ah, ajudava [os professores]. Tipo eu fazia assim, mas tirava nota baixa (Douglas).

A escola é uma das instituições que regulam e enquadram os corpos a atenderem formas, reforçando além disso, a heterormatividade, e estereótipos como: a menina “é mais paciente, é caprichosa, é calma” e o menino “é terrível, não gosta de estudar, é agitado”. Como todo espaço social também existe uma pluralidade de masculinidades, disputas de poder, fiscalização sobre os comportamentos, os meninos

são pressionados a se adequarem a um grupo para reforçar inconscientemente os padrões de masculinidades.

Connell (1989) considera que é na relação entre curriculum e os alunos que se definem e aparecem determinadas formas de masculinidades, sublinhando o facto de aqueles que fracassam academicamente procurarem outros meios para validar a sua masculinidade (SAADRAVA, 2004, p.10)

Há pesquisas que indicam que é comum jovens autores de atos infracionais não permanecerem na escola, na medida em que não atendem às expectativas sobre o que é ser um “bom aluno”, surgindo representações como falta de interesse, comportamento agressivo, abandono, suspensões, expulsões frequentes, uso de drogas, ausência de vagas e mudança de cidade (FRANCISCO E MARTINS, 2014), além da dificuldade com a aprendizagem, gerando consequências negativas como a evasão escolar e exclusão social citado por um dos jovens entrevistados.

A dificuldade é que.... simplesmente por aqui na comunidade “nois” já é discriminado na maioria das vezes... a gente vai arrumar trabalho “memo” , você fala que mora no bairro (fala o nome do bairro)já fica meio que .. [faz gesto de rejeição] já não dá mais oportunidade. Ah já [teve esse experiência]! Tipo assim... que nem eu...eu só fiz até a oitava série, abandonei a escola... daí outro dia eu fui em uma entrevista que a senhora (técnica) arrumou...ai a mulher falou “Ah você tem até a oitava série...ah vai ser difícil você arrumar um emprego...e você mora lá no bairro (fala o nome do bairro onde mora)” (José).

Por isso, torna-se fundamental reforçar os debates em relação às masculinidades e de que forma atingem os homens, sobretudo os jovens que estão em conflito com a lei, pois são várias as questões que se entrelaçam à trajetória desses jovens gerando impactos nas relações interpessoais, evasão escolar e exclusão social dos sujeitos.

2. Masculinidade e atos infracionais

A partir dos estudos sobre gênero, foi possível entender que as categorias sociais de raça e classe social também se entrelaçam às pluralidades de masculinidades existentes na sociedade e, assim, causam impactos como a marginalização e subordinação entre os homens. Isso acontece porque nem todos correspondem ao padrão de homem, dominante, ideal, heterossexual, branco e rico que a sociedade atribuiu, revelando assim outros elementos nas relações de poder entre o próprio gênero.

Sommerville (2000) e Barnard (2004) entendem que as questões de raça, sexualidades, gênero e classe social devem ser vistas como interseccionadas, ou seja, não podem ser dissociadas, uma vez que se deve olhar para o sujeito social como um todo e não apenas por um ângulo de suas subjetividades. (JUNIOR, 2019, p.174)

Com base nisso, os jovens foram questionados sobre as suas concepções a respeito das questões raciais. Entre os cinco jovens entrevistados, três eram brancos, mas dois deles responderam às perguntas dizendo não ver diferença entre o menino negro e o menino branco.

Todo mundo é humano, do mesmo jeito. Não tem diferença.[...] tenho vários conhecidos “neguinho”(João).

Somente um dos jovens brancos disse perceber que há diferença entre ser branco e ser negro no Brasil, abordando o racismo, assim como os outros dois jovens que eram negros.

[existe a diferença entre o menino negro e o menino branco] Acho que hoje em dia “memo” não tem, né...Mas tem algumas pessoas ainda que é meio que racista ainda[...] [exemplo de racismo que o jovem já presenciou] Meio que se um homem negro cola em algum lugar assim, tem pessoas que já fica olhando meio estranho, só pelo olhar da pessoa dá ver que é racista... (Alex).

Outro ponto que chama atenção é o fato de associarem atitudes racistas na forma como é feita as abordagens policiais.

Eu já fui abordado com os moleques ... eu já vi a diferença que eles tratam quando é um moleque mais “branquinho”... eles chegam com

mais educação... quando são mais “pretinho” eles chegam arrogantes, batendo e “pá”... eu “memo” já sofri esse tipo de violência porque eu já fui enquadrado com o moleque branco, o policial chegou e achou que eu estava com pino e pra ele (outro menino) era usuário ... me tratou mal, mas a gente estava de boa e pelo contrário, ninguém estava fazendo nada (Matheus).

Sim...antigamente quando eu traficava ... uma vez foi “ pego “ eu e o menino ...e o menino era negro... aí o policial era negro também ...[forma da abordagem do policial] “ Seu preto! ” e começou a xingar também e assim ...ele era negro também... Esse polícia são tudo racista...não pode vê um preto “tá traficando” [Silêncio] (José).

Segundo o autor Silva Junior (2019, p.174) isso acontece porque a periferia urbana apresenta “como um espaço que se faz e desfaz constantemente de relações específicas, a partir das interseções de idade, raça, gênero e atravessadas simultaneamente por múltiplas escalas”. E ser jovem, homem, negro e morador da periferia implica em estar constantemente marcado por relações de poder com outros sujeitos.

Como mencionado anteriormente, sabe-se hoje, através de pesquisas e dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2017), que 96% dos jovens que estão no Sistema Socioeducativo das regiões brasileiras são do sexo masculino, visivelmente maior que a população do sexo feminino no sistema. Portanto, a partir desses dados e das pesquisas sobre masculinidades e seus efeitos na vida dos homens, foi possível buscar e analisar no discurso dos jovens entrevistados possíveis relações entre as masculinidades e atos infracionais.

Dentre as falas pontos em comum foram citados como o envolvimento dos jovens com o tráfico desde muito cedo entre os 11 e 15 anos. E os motivos pelos quais os jovens praticaram são parecidos, como por necessidade econômica e o desejo da conquista bens materiais, aceitação dentro de um grupo e status. Isso se evidenciou na fala do jovem José quando diz “*aí eu entrei porque o dinheiro é fácil e outra ninguém te discrimina*”, porém, todos os jovens afirmaram que nem todos que trabalham no tráfico estão pelos mesmos motivos.

Por tráfico... [...] Ah, então foi assim... foi quando eu fui pra rua com 15 anos mesmo... mais pra comer assim... já tinha saído do bairro, antes de ir para o abrigo. [...] Foi mais essa coisa “tô na rua”, “ que que eu vou fazer?”, “como que eu vou comer?” e tal... entrei, mas vi que não

era aquilo tudo também, né... mas não foi porque “ah, vou me “ostentá”, “ah sei lá, eu já não penso igual a molecada ali “Nossa tô vendendo droga” [engrossa a voz] e “pá”, eu tinha vergonha (Matheus).

As pesquisas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2017) apontam outros motivos também pelos quais os jovens se envolvem com o tráfico.

[...] estudos justificam este fato: a influência de terceiros (Moura, 2005); o sustento do vício em drogas (Fernandes Lopes et al, 2010); a dependência econômica (Bianchini et al, 2011); a aspiração por status social (Barcinski, 2009); e o “esvaziamento da dimensão de futuro” (Moura, 2005). Ressalta-se baixa escolaridade, a falta de acesso ao mercado de trabalho, ao sentimento de impunidade e vulnerabilidade socioeconômica que são componentes e não justificativas para os atos infracionais. (SINASE, 2017, p. 51-52).

Segundo a pesquisa da autora Zaluar (2004) sobre as atrações do tráfico de drogas, percebe-se que existem modelos de uma masculinidade “desafiadora”, de poder, onde os jovens são atraídos, além de ser um trabalho informal.

Entre os discursos dos jovens entrevistados foi possível identificar a predominância da masculinidade hegemônica, portanto acredita-se que a figura do traficante venha se assemelhar ao ideal de “macho”, de um homem com status social e com poder. Isso pode acontecer porque a sociedade atribui esses padrões ao homem que, entrelaçadas com a exclusão social, formam um conjunto de outros elementos que deixam esses jovens vulneráveis a cometerem atos infracionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se nesse estudo que muitos dos jovens reproduziram discursos e atitudes pautadas em uma masculinidade hegemônica, ou seja, na masculinidade investida de poder e, portanto, se associa à questão de ser autor de atos infracionais. No entanto, entende-se que não é isso que faz com que um jovem cometa atos infracionais, há questões relacionadas à exclusão social que impede que os jovens tenham acesso às questões básicas para a sobrevivência. Portanto, o investimento em políticas públicas adequadas, ensino de qualidade, empregos e oportunidades oferecidas aos jovens são importantes.

Esse estudo também evidenciou a necessidade de se analisar as masculinidades em intersecção com as questões raciais, visto que a maior parte dos jovens institucionalizados na Fundação Casa são negros. Isso pode estar relacionado ao encarceramento em massa de pessoas negras, como uma das formas de manutenção de uma sociedade racista.

Por fim, conclui-se que é preciso compreender o contexto em que estes meninos estão inseridos e a individualidade de cada um. Não somente nas instituições que atendem esses jovens em conflito com a lei, mas como nas escolas e em outros espaços sejam mediados debates propondo um diálogo em relação às perspectivas de gênero, sobre as masculinidades e as suas pluralidades, a fim de que os sujeitos reflitam e reconheçam a diversidade das masculinidades e de que modo elas os afetam.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina/Pierre Kühner. - 11° ed. - Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand. Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2016 - 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

CAETANO, Marcio. Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação. – RS: UNIPAMPA. Uruguaiana, 2011.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade, 1995.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Caderno de Debates: Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ART. 277.1988.

FRANCISCHINI, Rosângela e CAMPOS, Herculano Ricardo. Artigo- Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im) possibilidades. Psico - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Rio Grande do Norte, 2005.

FRANCISCO, Júlio Cesar; MARTINS, Marcos Francisco. Adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa – Sorocaba, SP: ato infracional e processo educativo. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 38, p. 183-201, jul./dez, 2014.

GOMES, Nilma Lino. LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: Racismo e Exterminio da Juventude Negra. Educ.rev.vol.34. Belo Horizonte, nov/2018.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. 2ª Edição Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, v.30, n.2, p. 289-300. Universidade de São Paulo. São Paulo, maio/ago. 2004.

MELO, K. Violência, contemporaneidade e infração juvenil. In: NERY FILHO, A., et al. orgs. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009.

PASSAMANI, Maria Emilia; ROSA, Edinete Maria. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicol. cienc. prof.* vol.29 no.2. Brasília, 2009.

SAAVEDRA, Luísa. Diversidade na identidade: a escola e as múltiplas formas de ser masculino. *Psicologia, educação e cultura* vol. VIII, nº1. Portugal, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do Macho. Editora Moderna. São Paulo, 1987.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Maria Adam de Paula ; FONSECA, Debora Crsitina. Violência e inserção social do jovem de periferia urbana. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP- *Psicol. teor. prat.* vol.16 no.3. São Paulo, 2014.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. Narrativas de adolescentes negros entre masculinidades, cotidiano escolar e vivências. Vol 5, nº2 Abril/Junho. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ e Faculdade Gama e Souza. Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, de Candida; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estud. psicol. (Natal)* vol.17 no.3. Natal, Sept./Dec. 2012.

ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

APÊNDICES

Apêndice 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - Campus Sorocaba
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)**

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo deste estudo é conhecer os jovens que cumprem medidas socioeducativas no Município de Sorocaba e as suas concepções sobre masculinidade e atos infracionais.

Você foi selecionado (a) por estar cumprindo as medidas socioeducativas no Projeto Girassol e a sua participação será **voluntária**, isto é, a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

A coleta de dados será composta por entrevistas, inicialmente com a coleta de informações pessoais e em seguida, sobre as suas concepções de masculinidade e atos infracionais.

Posteriormente essa coleta de dados fará parte da pesquisa e a suas respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, ou seja, **em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo**. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e os benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sorocaba, _____ de _____ de 2019.

Nome do Pesquisador (a)

Assinatura do Pesquisador(a)

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Pesquisadora Responsável: Ananda Evelyn Cardoso Gomes
Orientadora: Prof. Dra. Raquel Spaziani

Apêndice 2

Roteiro das entrevistas

Gênero e masculinidade:
<ul style="list-style-type: none">• Quais são as suas concepções sobre gênero - há diferenças entre meninos/meninas; homens/mulheres?• O que é ser homem?• O que seria o "homem ideal" para você?• Quais são as dificuldades que um menino/homem tem na sociedade?
Intersecção com raça:
<ul style="list-style-type: none">• Para você, há diferença ou não entre ser um homem branco e um homem negro?• Se sim, quais?
Violência/ Ato infracional:
<ul style="list-style-type: none">• Que ato infracional você cometeu?• Como foi para você?• O que te motivou?